

A PRÁTICA DOCENTE E A FORMAÇÃO CIDADÃ NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONVERSAS COM QUEM ENSINA E APRENDE

Maria Aparecida Monteiro de Oliveira, Jaqueline Valois Rios Sena, Márcia Pereira dos Santos, Emanuela Oliveira Carvalho Dourado.

Universidade do Estado da Bahia – UNEB/campus IV cidocamont@hotmail.com jackvalois@gmail.com
mardecapitu@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho é oriundo dos estudos realizados no Mestrado Profissional em Educação e Diversidade (MPED) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), discutindo a prática docente e a formação cidadã no cenário da Educação Não Formal. O intuito é compreender as práticas educativas voltadas às crianças e adolescentes que habitam os espaços não escolares de ensino, a partir do olhar de quem está inserido/a nesse processo, fazendo educação intencional em espaços alternativos. Reconhecendo a diversidade de profissionais que circulam nas instituições educativas, é de salutar importância considerar os discursos advindos dos próprios sujeitos em questão, permitindo que a escuta das narrativas de suas trajetórias docentes evidenciem outros sentidos e significados para sua prática pedagógica. A metodologia adotada seguiu as orientações epistêmicas do método autobiográfico, fundamentada na abordagem qualitativa, consistindo-se num referencial interpretativo das experiências vivenciadas pelos sujeitos sociais. Utilizando a entrevista narrativa, como instrumento de coleta de informações, analisamos os relatos de uma educadora social do Projeto de Acompanhamento a Crianças e Adolescentes (PACA), a qual se encontra inserida num espaço de Educação Não Formal (a Casa Rebeca), para construção de reflexões sobre suas práticas educativas e respectivas contribuições na formação de crianças e adolescentes através do exercício na/pela cidadania. Assim, mediante a análise dos dados, concluímos que (re)construindo e ressignificando os saberes, por meio da reflexividade, o ser docente, faz e refaz seus caminhos metodológicos, didáticos e pedagógicos, na promoção de uma formação cidadã, na qual a diversidade de educandos/as ganha espaço e evidência neste processo de ensino e de aprendizagem.

CONCEITOS-CHAVE: Prática docente. Formação cidadã. Educação Não Formal.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tratar da docência sobre os preâmbulos da contemporaneidade é desvelar vivências e seus inúmeros enfrentamentos cotidianos no que diz respeito aos aspectos pedagógicos, sociais e culturais envolvidos na atuação docente e que permeiam os espaços em que ela acontece. Imbuído de saberes, práticas e concepções, o ser docente vem se (re)inventando ao longo da história, na direção do reconhecimento social como sujeitos não só do conhecimento, mas principalmente da práxis. Esta que se revela nas contradições existentes entre o ensino e a aprendizagem como algo simultâneo, carregada de anseios, intenções e didáticas, referenciado sob o olhar educativo de professores e professoras constituídos/as pela sua identidade profissional

docente. Nóvoa (1992) traz a ideia de que “a identidade é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão”, dessa forma reconhecer a profissão docente é perceber os processos formativos de sujeitos que aprendem e ensinam em múltiplos espaços e de diferentes maneiras.

Refletir sobre práticas docentes em ambientes educativos sem que haja uma escuta cuidadosa dos profissionais envolvidos, é invisibilizar uma parte essencial da construção de conhecimento. A fim de compreender os desafios, as problemáticas e as contraposições da educação como eixo norteador das relações em sociedade, é necessário conhecer as concepções e práticas de educadores/as, bem como os sentidos e significados que atribuem à sua profissão no bojo da contemporaneidade. Para tanto, por meio do método investigativo das narrativas autobiográficas podemos encarar a docência com outros olhares, reconhecendo as vozes de quem aprende e ensina no desenrolar da prática docente não escolarizada, apontando o desenvolvimento de uma formação cidadã para crianças e adolescentes que habitam os espaços não formais de Educação. Assim, colocar-se à escuta dos desafios enfrentados por esses educadores, torna-se de salutar importância para compreender suas práticas formativas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, o presente artigo traz os dados da entrevista narrativa realizada com uma educadora social, denominada Mariana¹, recém-graduada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia – Campus IV. Dados estes que refletem a trajetória e as práticas docentes que fomentam a formação cidadã das crianças inseridas em ambientes educativos não formais, a exemplo de Projetos Sociais, cujos princípios norteadores são direcionados à educação e à cidadania. Nesse sentido, a narrativa autobiográfica da educadora sinalizou questões importantes quanto à sua experiência no Projeto Social Casa Rebeca, na cidade de Jacobina/BA.

A análise dos relatos colhidos permite o reconhecimento dos saberes oriundos de uma trajetória de vivências, os quais participam incisivamente da própria formação dos sujeitos. Esses saberes educativos contribuem para desmitificar estereótipos de profissionais da educação, como responsáveis pela bagagem monopolizadora do conhecimento, da aprendizagem e da condução de práticas educativas inseridas em processos de ensino. Contribuem, ainda, para exemplificar uma prática pedagógica que se faz na busca pela desconstrução de paradigmas culturais, os quais, na

¹ Estamos utilizando um pseudônimo para preservar a identidade da docente em virtude dos trâmites relativos ao Comitê de ética.

maioria das vezes, cercam a percepção tecnicista educacional e da profissão docente. Portanto, urge desvendarmos os caminhos não percorridos, adentrar a superfície que costumeiramente transitamos, para (re) inventar-nos como seres da busca, do devir, ávidos/as por sentidos e significados que a docência nos cabe alimentar.

FORMAÇÃO CIDADÃ EM FOCO: NARRATIVAS DE UMA EDUCADORA SOCIAL

O exercício da escuta pode trazer grandes benefícios, principalmente, quando está imbuído do interesse pela interpretação de quem faz a realidade investigada. A construção do conhecimento perpassa por estas vias, nas quais as narrativas de experiências ganham espaços de sociabilidade e de aprendizagem mútua, como a da entrevistada nesta pesquisa. A saber:

Depois que entrei na Casa Rebeca, aprendi que é de suma importância esses projetos sociais nos bairros periféricos (...) fazer com que o ser humano seja melhor, tentar fazer de todas as formas para aquele individuo enxergue uma vida melhor. Um das coisas mais importantes (...) criança que fica na rua tem uma possibilidade muito grande de não conseguir visualizar um futuro melhor, por tem a questão de amizades, aí começa a querer alguma coisa a mais, e sempre tem um amigo que diz assim, ‘vamos fazer isso, vamos fazer aquilo’ e a criança acaba se envolvendo. Conseguir tirar a criança da rua é uma coisa maravilhosa. Outra coisa importante é você focar no que necessário para sua vida. É você trazer a criança para um espaço que ele tenha apoio, vai se sentir seguro, conseguir é claro, ter uma perspectiva de vida, conseguir saber que os problemas a gente pode superar e ter uma vida melhor (MARIANA, 2016).

É importante, como observado neste relato, estarmos atentos aos saberes e significados da docência em espaços não formais de educação, onde se encontra o/a educador/a social. Essa é uma nomenclatura definida por Gohn (2009, p.34) direcionada às pessoas que assumem “um papel ativo, propositivo e interativo” que desafia continuamente seu público a descobrirem os contextos de onde nascem as escritas, falas, gestos e símbolos, entre outros. Sua presença marcadamente política apresenta-se nas interfaces da docência representativa, que dinamizam e conduzem os processos de ensino e aprendizagem de forma participativa. Encarar as especificidades deste cenário educativo que propõe os espaços não formais de educação é sinônimo de desmistificação da prática docente como algo simplório, sistemático e hegemônico. É o que a educadora contextualiza durante as suas narrativas:

Eu só seria alguma coisa se eu buscar querer estudar, me formar pra passar isso para as crianças que eu ensinava. A gente é um exemplo. Tem que partir de nós o desejo de querer algo mais. Elas têm a gente como referência. Uma grande responsabilidade. A gente precisa estudar, ler, para tentar ao máximo possível trazer as reflexões diante das situações que as crianças vivem (MARIANA, 2016).

Problematizar a vida cotidiana, como afirma Mariana é um dos traços basilares da Educação Não Formal (GOHN, 2005), assim, traçar o perfil do/a educador/a social não é tratar de caracterizações superficiais ou diferenciações quanto à sua profissão educativa. Todavia, é caminhar na compreensão de que diferentes atuações docentes promovem representatividades diferenciadas, especialmente, pela forma com a qual desenvolve o seu trabalho cotidianamente.

Seguindo as preposições da Pedagogia de Freire (1983), o/a educador/a social constrói seu trabalho educativo baseado em três fases: “a elaboração do diagnóstico do problema e suas necessidades; a elaboração preliminar da proposta de trabalho; o desenvolvimento e a complementação do processo de participação de um grupo ou comunidade” (GOHN, 2009, p. 33). Desta forma, nota-se que não se trata de um trabalho desprezioso, mas movido pelo senso comunitário de perceber a vida e os contextos do outros como alicerce para seu desempenho docente, pois como ressalta Mariana:

Quando comecei a participar de um projeto social, comecei a encarar realmente a docência, apesar de ser diferente, como uma coisa mais séria. Era algo que eu deveria escolher para minha vida, porque era uma coisa que me fazia bem. Eu tinha muitas questões, de entender como acontecem esses processos não só educativos, como relação a saber ler e escrever, mas também, os processos com relação à afetividade, a formação cidadã da crianças e dos adolescentes. Isso me ajudou a buscar pra minha vida uma coisa melhor, algo mais, a formação para atuar na Casa Rebeca (MARIANA, 2016).

Os significados traçados pela educadora Mariana, ao longo de suas narrativas, acerca da sua própria docência, nos move a perceber que assumir as demandas direcionadas ao/a educador/a social requer o entendimento da sua relevância enquanto presença política. Aquela que não invisibiliza os sujeitos em detrimento de uma sistematização hierárquica de poder comumente apresentado no interior das instituições educativas. Contudo, necessita primordialmente, segundo Gohn (2009, p.34) ter a capacidade de “entender e captar a cultura local, do outro, do diferente, do nativo daquela região”. Desse modo, está ligada diretamente às questões culturais e a docência nos espaços de educação não formal se faz emergir preocupada com a promoção de cidadania, assim, ela tece suas relações pautadas na participação dos sujeitos frente aos problemas sociais que enfrentam cotidianamente.

O Educador Social ajuda a construir com seu trabalho, espaços de cidadania no território onde atua. Estes espaços representam uma alternativa aos meios tradicionais de informação que os indivíduos estão expostos no cotidiano, via os meios de comunicação – principalmente rádio e TV (GOHN, 2009, p. 34)

Sendo assim, estando inserido/a em espaços que demandam algumas especificidades na atuação docente, no que diz respeito às necessidades dos sujeitos frente ao seu contexto, o/a

educador/a social se revela com o papel de reintegrar às suas metodologias e didáticas a aproximação entre o planejado pedagogicamente com as reais necessidades dos sujeitos numa determinada conjuntura familiar, escolar, e principalmente social. O planejamento e a realidade se confrontam continuamente na perspectiva de promover práticas educativas significativas, que adentrem as superfícies da produção de conhecimento sistemático, apontando caminhos para uma educação como prática de liberdade. Isso é exposto na narrativa da educadora entrevistada:

É preciso uma metodologia que possa alcançar a reflexão. E foi depois que comecei a fazer a faculdade que comecei a entender melhor sobre metodologia. Você tem que trazer a realidade do educando, discutir, refletir, fazendo com que ele também se desenvolva que mostre tudo que compreendeu, diante da sua situação, diante da sua realidade (MARIANA, 2016).

Segundo o posicionamento de Mariana, a reflexividade assume um lugar preponderante para sua prática docente. É o que Gohn (2009) destaca como sendo o papel e as vivências da aprendizagem para o/a educador/a social, esta se concretiza numa via de mão-dupla, haja vista que ele/ela ensina e aprende num processo concomitante. No contato com o outro, reconhecido pelas suas potencialidades múltiplas, o ser que educa percorre os caminhos da docência quando, cheios de esperança, aponta perspectivas, motiva os interesses e acompanha os passos, de modo que, ao mesmo tempo, aprende com cada experiência vivenciada. Traz para o cenário educativo, o diálogo como fonte principal de comunicação, e, referenciados pela coletividade, traça os objetivos de seu trabalho na construção colaborativa de todos os sujeitos, no caminho para a cidadania. Sua prática docente realiza-se no fortalecimento das relações afetivas, na condução e reflexão dos problemas sociais coerentes à determinada realidade. Nas palavras da educadora, podemos perceber isso:

Sinto-me bem como educadora social principalmente quando a gente encontra crianças que nos tem como referência. Uma referência de vida, de um conselho que recebeu, de alguma situação que a pessoa passou e conseguiu encarar a vida de uma forma diferente e melhor. Sinto-me bem por isso (MARIANA, 2016).

E assim, as práticas educativas que acontecem dentro dos espaços Não Formais de Educação são tecidas e expressam sua importância nas relações construídas cotidianamente, bem como no reconhecimento dos/as atores/atrizes nos contextos sociais que se entrelaçam. Dessa forma, comungamos com Brandão (2002, p.47) ao revelar que “a educação do homem existe por toda parte, e muito mais do que a escola, é o resultado da ação de todo meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver que educa” (grifo nosso). Educando-se através de sua prática, educadores/as sociais são chamados a fazer e refazer o seu papel de ensinantes e aprendentes, como condição ímpar ao trabalho de educar.

Percebendo as necessidades de viver e conviver com o outro que se apresenta diverso e singular nas suas especificidades culturais, econômicas e políticas, o/a educador/a social é que o/a mesmo/a constitui-se numa perspectiva ímpar, direcionada à promoção de uma formação cidadã para crianças e adolescentes expostos/as às diversas situações de vulnerabilidade, desigualdade e desumanidade que a própria sociedade (re) produz. Nessa perspectiva Mariana ressalta que:

Para se formar um educador social é interessante que haja trabalhos comunitários. Encontros, formações onde as pessoas consigam enxergar a necessidade das crianças, dos adolescentes, da comunidade, para formar esse cidadão ou pessoas que vá trabalhar com essas crianças, é interessante que haja esse tipo de trabalho. Encontrar pessoas que tem uma facilidade maior de passar esses ensinamentos. Às vezes a gente não nasce educador social, mas pode se transformar a partir do momento que a necessidade do outro toca você (MARIANA, 2016).

Para além das formações acadêmicas, que muitas vezes desconsideram a formação específica de docentes aptos/as à atuação nesses espaços, encontram-se educadores/as sociais que têm como princípios norteadores de sua práxis uma educação contextualizada (Freire, 1996), na qual a realidade, tal como se apresenta, torna-se palco de múltiplas vivências e aprendizagens significativas. Portanto, pensar em processos educativos em espaços não formais é repensar os modos como se têm processado as relações entre professor/a e estudante, no exercício cotidiano, na luta pela cidadania necessária para cada indivíduo.

Dessa forma, os projetos sociais representantes de educação diversificada contam com a atuação de educadores/as fundamentados/as na educação libertária defendida por Paulo Freire (1996) durante sua trajetória docente, tendo em vista que os/as Educadores/as Sociais atuam “em uma comunidade defensora de uma proposta socioeducativa, de produção de saberes a partir da tradução de culturas locais existentes, e da reconstrução e ressignificação de alguns princípios valorativos” (GOHN, 2010, p.55). Estes/as profissionais inseridos/as em contextos variados, com experiências de aprendizagens marcantes frente a desafios pedagógicos, familiares, emocionais e afetivos, constroem seus sentidos e concepções sobre seu ofício docente.

Para Mariana, ser Educadora Social configura-se como:

[...] uma responsabilidade muito grande, as vezes é maior do que a gente possa imaginar, porque quando você fala de educador social, ele tenta educar para a vida, sem fazer as coisas pelo outro, fazer com que cada pessoa faça suas próprias escolhas, porém você tem que fazer com que ela faça e melhor escolha para a vida dela, ou seja, orientar. Nem sempre isso é fácil e possível, porque cada pessoa tem seu caminho e a sua forma de caminhar. Por mais que você oriente, nem sempre você consegue um resultado positivo. Acho legal e importante ser educadora social (MARIANA, 2016).

Os relatos da entrevistada ratificam os desafios enfrentados, contudo, salientam que estes também se tornam alvo das atividades comunitárias, desde quando sejam sensibilizados na conjuntura social vigente, haja vista todos/as vivenciarem e sobreviverem na mesma luta por dignidade e direitos. No entanto, assumir a docência como educadores/as sociais não é se revelar com senso de superioridade tampouco de diferenciação, sobretudo, no que tange aos/às demais docentes, os/as quais enfrentam suas batalhas, por vezes tão próximas, no processo de escolarização.

Em suas colocações, Mariana aponta tais dificuldades:

Nem sempre é tão satisfatório, pela questão das necessidades que enfrentamos, no meio do caminho, seja de material e também de relações, tanto com as crianças, os pais delas, com situações que elas vivem. Quando você precisa fazer um trabalho, que você não tem armas, nem subsídios, não tem como articular um trabalho, onde você possa fazer com que, aquele trabalho vá para frente, aí você começa se sentir um pouco assustada por não conseguir alcançar os objetivos (MARIANA, 2016).

Nestas colocações, torna-se evidente que mediar, construir, produzir conhecimento no marco da Educação Não Formal é um desafio para muitos/as docentes que ensejam o exercício docente como algo transformador. Entretanto, acreditar que “ensinar não é transferir conhecimento” (FREIRE, 1996, p. 47), pois deve haver a ação cultural para a liberdade de ideias, concepções e valores sociais, bem como, reafirmar a formação cidadã de crianças e adolescentes sem perspectivas de vidas promissoras, é credibilizar os/as atores/atrizes que constroem os cenários do cotidiano de forma significativa.

Diante disso e por meio da escuta sensível do/as atores e atrizes sociais, a exemplo de Mariana, que encaram a docência de maneira concreta, é que percebemos o quanto a prática docente, associada à promoção da cidadania, pode contribuir para a construção e qualificação de processos educativos diversos, antes, porém, é preciso (re)descobrir que a educação não serve para outra coisa, senão para a intervenção dos sujeitos no mundo, como bem nos afirmava Freire (1996) em seus discursos carregados de reflexão política sobre o ato de educar.

CONTEXTUALIZANDO AS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Reinventar as vivências, transcender as perspectivas massacradas pela desesperança é perceber, em meio a uma sociedade complexa, as entrelinhas que fortalecem a *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*, efetivada por Paulo Freire em sua existência. Assim, por meio de uma série de significações e práticas vinculadas ao ensino e a aprendizagem, surgem os processos educativos em espaços não formais, construindo um novo cenário dentro das políticas educacionais do país.

Com isto um novo campo da Educação se estrutura: o da educação não formal. Ela aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil. Ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social; ou processos educacionais, frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colegiados, etc. (GOHN, 2005, p. 7).

Enraizada em um protótipo de uma sociedade conflituosa, a Educação Não Formal prolifera-se, direcionados ao reconhecimento de uma nova cultura política vista como peça chave das manifestações coletivas, na construção de mobilizações acerca de fatores externos sociais, como a princípio, o respeito à individualidade e à identidade de cada cidadão, enxergando-os como pessoas capazes de construir concepções em vista a sua realidade. Isso é bem presente nas palavras da educadora social entrevistada:

No espaço não formal, o norte é formar o cidadão, então eu acredito nesse modo de trabalhar nessa perspectiva de formar o cidadão. E a gente tem claro que nessa perspectiva, de fazer com esse cidadão, às vezes pequeno e também tão grande, se torne maior através de suas ações e através de sua formação também. Nem sempre a gente consegue, mas o foco é esse. Formar cidadãos pensantes, que reflete, que critica de forma consciente, mas é criticar sua realidade, suas ações, as ações do governo e das pessoas da comunidade (MARIANA, 2016).

A perspectiva de reconhecimento e autenticidade do sujeito cidadão está presente no universo da Educação Não-Formal. E o conceito de cidadania aqui é entendido, como um contexto de luta por participação e direitos das classes socioeconomicamente desprivilegiadas (MARTINS, 2007, p. 83). Apontando um significado revolucionário à cidadania como um exercício contínuo de aquisição de direitos, o autor nos provoca a pensarmos na formação cidadã como algo inerente à atividade humana, e não como uma temática a ser trabalhado nas escolas, como também um anexo que tem seu acesso restrito aos indivíduos.

Trata-se de trazer presente uma conjuntura social bastante inquietante, marcada por conflitos e desigualdades que merece ser problematizada. Sociedade esta, na qual a opressão é mascarada nas entrelinhas de um gigantesco sistema que viabiliza ideologicamente a permanência da relação de poder como negação da prática de liberdade, minimamente encontrada nas políticas educacionais ao longo dos anos. Pensando como Paulo Freire (1987, p.70) percebemos “a educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens”.

Vivenciamos com o passar dos anos o alargamento das concepções de educação, tendo em vista a formação política e ética dos cidadãos (resultado das lutas de muitos movimentos sociais), assim foi percebendo-se a relevância dos processos educativos não formais que abarca para si essas necessidades socioeducativas, e que de alguma forma contribui colaborativamente com as discussões de se fazer educação nos diferentes espaços, sejam eles escolares ou não. A narrativa da educadora Mariana diz que:

Quando a gente está envolvida com a educação, parece que conseguimos enxergar um futuro melhor, não só para nós mesmos, mas para que nosso país tenha um futuro melhor, que a gente possa criar uma expectativa de vida melhor, através da educação. O foco principal para que as pessoas comecem a pensar no ser, é a educação (MARIANA, 2016).

Nas palavras de Mariana, é explícita a relevância que se dá para a “educação como forma de intervenção no mundo” (Freire, 1996, p.96) onde as relações educativas se revelam nos seres e em seus processos sociais. A educação não formal vem constituindo-se sob essa perspectiva de aproximação entre sujeitos de contextos diferenciados e o mundo em que vivem, pois:

Os conhecimentos historicamente sistematizados são transmitidos de maneira não obrigatória, além de não utilizar recursos de repreensão quando a aprendizagem não se efetiva, pois os sujeitos estão envolvidos no processo e não pelo processo ensino-aprendizagem, assim, aprender constitui-se uma relação de prazer (ARAÚJO, 2014, p. 41).

A educação que liberta e inquieta deve se apresentar indissociável à política e essa à formação cidadã dos sujeitos. Entrelaçam-se nas teias sociais e é de suma importância que elas sejam vistas como indissociáveis, numa relação dialética, pois se baseando em Gentili (2007, p.114), “educar é ajudar a viabilizar a ressurreição da política”. Política essa que demanda uma organização social que reconheça os sujeitos como propulsores de saberes diversos, construtores de teias de conhecimento amplas e significativas no que diz respeito às suas funções desempenhadas nessa sociedade. Credibilizados em novas práticas socioeducadoras, que ressignificou os papéis de ensinantes e aprendentes, a educação não formal tem se fortalecido. Educadores/as e educandos/as pleiteiam funções dialéticas dentro desse processo formativo.

A relação que temos é o seguinte: Quando a gente está diante de algumas situações de crianças com situações de vida difíceis, tentamos nos sensibilizar ao máximo que a gente pode, porém, não podemos deixar que aquela situação faça com que a gente desanime...a minha relação tem sido essa, eu sou a educadora e eles os educandos, porém tem a afetividade, tem carinho, orientação, isso me faz aprender com eles, a aproximação me torna sensível a situação deles. Aí onde trocamos os papéis muitas vezes (MARIANA, 2016).

Ao tratar dos problemas sociais como a questão da divisão de classes, discriminações étnicas, gênero e sexualidade, o espaço é concebido para serem experienciados através da protagonização dos sujeitos, que concomitantemente ensinam e aprendem com as discussões coletivas, sejam eles educadores por profissão ou por vivências.

Você pode trabalhar vários temas diante das situações de vida das crianças. Você pode trabalhar com relação à sexualidade, a afetividade, a religião, pode trabalhar outras disciplinas importantes e necessárias. Não é o foco, mas também é necessário, trabalhando as situações de vida de cada um. Fazendo essa ponte entre o que vivem dentro da parte maior que é o mundo, a sociedade. Vários relatos de vida ouvi ao longo do tempo que atuei como educadora social na Casa Rebeca, uns assustadores até (MARIANA, 2016).

Nas vivências de Mariana, mediar, construir e reconstruir concepções de vida mediante a situação oprimida de pobreza econômica e política revela-se prioritariamente, pois é “muito mais difícil trabalhar em favor da desocultação, que é um nadar contra a correnteza, do que trabalhar ocultando, que é um nadar a favor da correnteza. É difícil, mas é possível” (FREIRE, 1997, p.98). Entrelaçar essas perspectivas de forma a qualificar as possíveis práticas educativas transformadoras, mediante uma conjuntura social desigual e desumanizante, é um chamado a perceber a docência de forma significativa e colaborativa, constituída pelo seu papel transformador, na qual a aprendizagem se processa na coletividade. Mariana retrata isso claramente:

Eu preciso mostrar pra eles que a situação que eles estão vivendo não é para sempre (...) se você pensar (...) e refletir diante do que você vive hoje, você pode mudar seu futuro. Assim se faz a relação muito boa de carinho entre a gente. Dá para perceber isso nas rodas de conversas que temos (MARIANA, 2016).

Fomentar a luta pela significação dos saberes e de conhecimentos, na qual favoreçam e repercutam no meio social de crianças e adolescentes, são reacendidas diariamente nas práticas pedagógicas da Casa. É neste sentido que se pretende uma aprendizagem colaborativa. Como ressalta a educadora:

A gente tem que tentar trazer para eles o dia a dia deles, nosso, na verdade. Porque estamos inseridos também no dia a dia deles. Então, é trazendo as suas vivências, é trazendo o conhecimento que eles têm é dando oportunidades pra eles possam estar relatando suas experiências de vida, trazendo também um pouco das nossas situações e fazendo uma relação para que eles possam estar adquirindo conhecimento (MARIANA, 2016).

Portanto, é perceptível nas colocações da depoente que há dentro desses processos educativos uma visualização diferenciada para conduzir suas práticas docentes, assim como, sua preocupação diante do que se ensina e aprende, como essencial para a vida na sociedade na qual

esses sujeitos vivem. Como afirma Grossi (2000, p.117) “um produto de aprendizagem é transformador na medida em que se acrescenta “ser” a quem aprende, modificando-lhe algo na sua maneira de viver”.

O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende a ponto de levá-los/as a novas formas de vida. Partindo deste pressuposto, fomenta-se a ideia de uma formação para a cidadania enraizada nessa proposta de construção de saberes, pois, tanto o ato de ensinar quanto o de aprender diante das diversificadas questões sociais e econômicas que afetam a estrutura familiar – a pobreza, a prostituição infantil, o alcoolismo, o consumo de drogas, a marginalidade, a discriminação, o preconceito – atreladas à falta de perspectivas de vida, torna-se desafiador. Desse modo, o exercício da educação como prática de liberdade surge como uma necessária bandeira conclamada entre os sonhos e as possibilidades, uma vez que, “no fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdade, entre pais e filhos, é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia”, (FREIRE, 1996, p. 94) visando à transformação das suas realidades.

ALGUNS DIZERES CONCLUSIVOS

Buscar compreender a docência praticada por uma educadora social, recorrendo à técnica da entrevista narrativa, representou a possibilidade de conhecer, mesmo que de forma sutil, a riqueza da diversidade do fazer docente, sobretudo, quando este ato é desenvolvido por profissionais que tecem seu cotidiano educativo através de práticas politicamente responsáveis. Representou, ainda, a aproximação e o entendimento dessas práticas educativas para revelar descobertas, ao vislumbrar potencialidades educacionais ensejadas na sede de mudanças, no reconhecimento do processo de compreensão da realidade como algo problematizador, que envolve as dimensões individuais e coletivas dos/as envolvidos/as.

Dito de outro modo, significou construir relações, tecer sentidos e significados através da percepção da multirreferencialidade desses sujeitos e suas atuações, nos convidou a imergir na luta incessante pela efetivação da formação cidadã como principal meio de intervenção e representação no mundo, promovendo uma cultura política formativa daquilo que denominamos de educação libertária. Convidou-nos, também, a acreditar na prática docente enquanto aquela que abre espaço para a (des)construção de ideologias, aprendizagens e ensinamentos bancários, ou seja, a credibilizar a essência política que ela detém.

Nesse contexto, o desafio que acreditamos está posto aos/às profissionais da Educação, seja esta no âmbito formal ou não formal, é a ressignificação da atuação docente frente aos estereótipos sociais a ela atribuídos, sobretudo, quando as narrativas – como as apresentadas ao longo deste artigo – expressam uma multiplicidade de sentidos e significados oriundos do exercício dessa prática. Noutras palavras, é ir à busca de ações que credibilizem tais práticas, visto que, seja no campo pedagógico, didático ou socioeducativo, os/as educadores/as sociais participam da história de crianças e adolescentes ávidos/as por uma educação que os/as integre à sociedade de forma cidadã.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joselaine. A educação Não-Formal e as políticas para a juventude em situação de risco e vulnerabilidade social. Presidente Prudente, (Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Oeste Paulista, SP), 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

_____, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**– São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1987.

_____, Paulo. **Política e educação.** – São Paulo: Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** - São Paulo: Cortez, 2005.

_____, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Maria da Glória. Educação Não-Formal, educador social e projetos sociais de inclusão social. **Revista Meta: Avaliação.** Rio de Janeiro, v. 1, n.1,p. 28-43, jan/abril. 2009. Disponível em <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1>> Acesso 13 de nov. 2016.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencantos.** 7 ed. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

GROSSI, Esther. A coragem em mudar em educação. Petrópolis, RS: Vozes, 2000. MARTINS, Marcos Francisco. Cidadania. IN: PARK, ET AL. **Palavras-chave em educação não-formal.** SP: Editora Setembro; Campinas, UNICAMP/CMU, 2007.